

SALTO PARA O
FUTURO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL

Ano XXI Boletim 04 - Maio 2011

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL

Apresentação da série	3
<i>Rosa Helena Mendonça</i>	
Introdução	4
<i>Alexandre Martins Joca, Marco Antonio Torres e Marina Reidel</i>	
Texto 1: Direitos humanos e diversidade sexual	
Pelo direito à educação e à diversidade na escola	12
<i>Alexandre Martins Joca</i>	
Texto 2: Orientação sexual e identidade de gênero	
Enfrentamentos possíveis à homofobia: orientação sexual e identidade de gênero no contexto da educação	22
<i>Marco Antonio Torres</i>	
Texto 3: Educação para a diversidade	
Desafios e possibilidades para trabalhar a diversidade sexual na escola	31
<i>Marina Reidel</i>	
Anexo 1: Indicações de filmes/vídeos, livros e sites	39

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (Declaração Universal dos Direitos Humanos - Artigo II).

Entre as temáticas no âmbito dos Direitos Humanos que a sociedade brasileira coloca em discussão, em especial nas últimas décadas, estão as questões relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero. Este debate é urgente e necessário.

Assunto de grande relevância no cenário educacional, a discussão no âmbito da formação de professores e professoras é hoje parte das políticas públicas que contemplam as diversidades.

O direito à educação a pessoas LGBT visa garantir que o espaço escolar seja efetivamente um locus privilegiado de combate à homofobia e a todas as formas de discriminação.

Paralelamente ao cenário de violência explícita contra as pessoas LGBT que temos acompanhado pela mídia, é frequente nas escolas e em outros espaços sociais um outro tipo de violência, dita simbólica, tão ou mais devastadora que a agressão física, uma vez que atinge a autoestima e, por conseguinte, os direitos mais básicos do ser humano, como o

respeito, a confiança e a autodeterminação.

É com o objetivo de colocar em pauta essas questões que a TV Escola, por meio do programa Salto para o Futuro, apresenta a série Educação e diversidade sexual, que conta com a consultoria de Alexandre Martins Joca, Marco Antonio Torres e Marina Reidel (membros do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT no âmbito do Ministério da Educação).

Os textos que compõem esta publicação e os programas televisivos da série evidenciam, por meio de reportagens e entrevistas, o panorama de reflexões e experiências que vêm sendo desenvolvidas em vários espaços educativos no país.

Esperamos, assim, contribuir para que uma educação para a diversidade seja um ponto de partida para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e atenta às diferenças.

Rosa Helena Mendonça²

1 Supervisora pedagógica do programa Salto para o Futuro/TV ESCOLA (MEC).

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL¹

INTRODUÇÃO

Alexandre Martins Joca²
Marco Antonio Torres³
Marina Reidel⁴

A sociedade brasileira, especialmente nas últimas décadas, vem discutindo e questionando valores, normas, conceitos e preconceitos relacionados à vivência da sexualidade humana, numa perspectiva de vislumbrar possibilidades de superação das desigualdades de direitos nesse campo. Desse modo, reivindicam-se políticas públicas afirmativas no sentido do enfrentamento de preconceitos e discriminações em virtude da orientação sexual e identidade de gênero, especificamente como esses orientadores têm elaborado nos fóruns nacionais e internacionais onde se reúnem saberes e fazeres da academia, dos governos e dos movimentos sociais. A elaboração dos *Princípios de Yogyakarta* (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2006) diz um pouco deste contexto. Esses

princípios, encaminhados às Nações Unidas, definem orientação sexual e identidade de gênero:

COMPREENDENDO “orientação sexual” como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas; ENTENDENDO “identidade de gênero” como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí

4

1 Texto elaborado por membros do Grupo de Trabalho de acompanhamento do programa Brasil sem Homofobia (2004-2009) e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT no âmbito do Ministério da Educação.

2 Mestre e doutorando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e membro do Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB. Consultor da série.

3 Professor da Universidade Federal de Ouro Preto, atuando nas licenciaturas e formação continuada de professores/as e doutorando no Programa de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Consultor da série.

4 Professora da educação básica na região de Porto Alegre e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Consultora da série.

o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2006, p. 9).

Sabemos que esse documento não garante a efetivação de quaisquer direitos nas comunidades políticas específicas, porém pesquisadores e ativistas, ao articularem um discurso desse modo, subsidiam jurisprudências, identificam relações identitárias baseadas nas hierarquias sexuais e elaboram novas lógicas do empoderamento de identidades sexuais definidas como desordenadas ou patológicas, ainda que se apresentem questões a serem desenvolvidas.

Assim, as temáticas acerca da diversidade de orientação sexual e das performances das identidades de gênero, que podemos entender como “diversidade sexual”, têm estado cada mais presentes na pauta das políticas educacionais brasileiras. Nesse contexto, a escola, enquanto instituição de formação de crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, assume um papel central para a transformação social. No entanto, diversas pesquisas e estudos têm apontado a escola como um ambiente de intolerância e violência dirigida a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e constatado a fragi-

lidade dos/as profissionais de educação para a abordagem educativa da e sobre a sexualidade no espaço escolar, chegando a afirmar que, por muitas vezes, a escola apresenta-se enquanto espaço de produção e reprodução da homofobia. Encontramos nesses debates o termo ‘homofobia’ usado de diversos modos: como um dispositivo de vigilância do gênero; como violência simbólica da dominação masculina (BOURDIEU, 1998, 2005); como modo de organização e constituição do masculino (CORNNELL, 1997; KIMMEL, 1997, apud SMIGAY, 2002); como produção da cultura e dos saberes ocidentais que aparece na discriminação afetiva, intelectual e política por lógicas heterossexistas (BORRILLO, 2010), entre outros. Desse modo, pelo preconceito, seres humanos são hierarquizados como subcidadãos por serem identificados como homossexuais (PRADO; MACHADO, 2008). Atualmente, diversos movimentos sociais LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) têm elaborado novos termos na tentativa de explicitar as especificidades da violência e/ou discriminação, assim surgem a lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia como indexadores daquilo que se deve enfrentar. Na escola, por meio de formas explícitas ou pelo currículo oculto, o preconceito contribui para a inferiorização individual. A atenção a situações cotidianas possibilita uma análise crítica do mito da liberalidade dos brasileiros em relação à sexualidade e mostra as dificuldades para pôr em diálogo os contextos formais e não formais

de educação (por exemplo, ONGs LGBT), o que poderia resultar em avanços na construção de uma escola menos preconceituosa (TORRES, 2010).

Além desses aspectos, temos uma opinião pública que está muito aquém desses debates. Uma pesquisa de opinião pública realizada recentemente pelas Fundações Perseu Abramo e Rosa Luxemburg (Fundação Perseu Abramo, 2008) aponta alguns dados que revelam que uma maioria da sociedade brasileira, principalmente educadores, concorda que os papéis sexuais são definidos pelo sexo biológico. Em menor escala aparecem discursos médicos e outras formas de saberes se articulando em afirmações morais que não valorizam a diversidade sexual e inferiorizam por vezes a comunidade LGBT.

Em pesquisa realizada por Mary Castro, Miriam Abramovay e Lorena Bernadette da Silva (2004), em 14 capitais do Brasil, tendo por objetivo contribuir para o debate sobre as relações existentes entre sexualidade e juventude na escola, constatou-se um quadro dramático de como o ambiente escolar tem visto os saberes sobre a diversidade sexual e os sujeitos a ela pertencentes. Nessa pesquisa, jovens estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, quando solicitados a indicar em sequência de gravidade as formas de violência, “bater em homossexuais” foi considerado, pelos meninos, menos grave que atirar em alguém, estuprar, usar drogas, roubar e andar armado.

Na Pesquisa Nacional “Diversidade na Escola” (FIPE/INEP/SECAD, 2009) os dados demonstram 87,3% dos pesquisados com algum nível de preconceito em relação à orientação sexual e 98,5% com algum nível de distância social. Dos pesquisados, 26,6% dos/as alunos/as, 20,5% dos/as funcionários/as e 10,6% dos/as professores/as concordam com a frase “eu não aceito a homossexualidade” e 23,2% dos/as alunos/as, 23,4% dos/as funcionários/as e 11,8% dos/as professores/as concordam que a homossexualidade é uma doença.

Louro (1997) afirma que “a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los a ‘gozações’ e aos ‘insultos’ dos recreios e dos jogos, fazendo com que, desse modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos”. Para Joca (2008) os sujeitos LGBT estão fadados à perspectiva de um “problema”, ao observar que “a palavra problema” aparece de maneira recorrente nos discursos docentes, sempre que estes se referem às questões e aos sujeitos pertencentes à diversidade sexual. No entanto, alerta que “nem as questões sobre a diversidade sexual, nem os próprios LGBT devem ser vistos ou entendidos exclusivamente sob uma perspectiva de um problema, da abjeção” e conclui que “de fato, há a existência de problemas no encontro da sexualidade com as práticas educativas escolares, problema que consiste em o educa-

dor não saber o que fazer. Problema que, no contexto escolar da prática pedagógica, deve voltar-se não às atitudes dos jovens, mas às posturas e abordagens do educador frente às manifestações da sexualidade” (JOCA, 2008). Na escola, o preconceito possui nuances e perspectivas que atingem de alunos/as a professores/as como várias análises têm demonstrado (JUNQUEIRA, 2009), uma específica refere-se à ausência de referências para alunos/as que fazem parte da população LGBT (LIONÇO, T.; DINIZ., 2009). O desafio é traduzir todas essas questões nos domínios da sala de aula, no ambiente escolar etc.

Desse modo, o programa Salto para o Futuro - *Educação e Diversidade Sexual* - vem contribuir para esse debate, visando atender a esse cenário educacional que vem se constituindo em demandas para a educação. Nesse contexto, observa-se o conteúdo de alguns planos que traduzem as diretrizes para a educação: o Programa “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” (2004); no II Plano de Educação em Direitos Humanos (2006); na Conferência Nacional GLBT (2008); II Plano Nacional de Política para as Mulheres (2009); no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2009). Tais demandas foram sistematizadas recentemente na Conferência Nacional de Educação (CONAE), e entre elas procura-se:

- Introduzir e garantir a discussão de gênero e diversidade sexual na política de valorização e formação inicial e continuada dos/das profissionais da educação nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, visando ao combate do preconceito e da discriminação de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, mulheres, ao estudo de gênero, diversidade sexual e orientação sexual, no currículo do ensino superior, levando-se em conta o Plano Nacional de Políticas Públicas para a Cidadania LGBT e o Programa Brasil sem Homofobia.
- Inserir e implementar na política de valorização e formação dos/ das profissionais da educação, a partir da reorganização da proposta curricular nacional, a discussão de gênero e diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos, quebrando os paradigmas hoje instituídos e adotando para o currículo de todos os cursos de formação de professores/as um discurso de superação da dominação do masculino sobre o feminino, para que se afirme a constituição de uma educação não sexista. (...)
- Elaborar, implantar e implementar políticas e programas de formação continuada, de pós-graduação, acerca de gênero, diversidade sexual e orientação sexual para todos/as os/as profissionais da área da saúde, educação, serviço social, esporte e lazer (CONAE, 2010, p. 143-145).

O programa Salto para o Futuro - *Educação e Diversidade Sexual* - visa gerar subsídios para os processos de formação continuada dos/as profissionais da educação contribuindo, por meio do acesso a saberes acerca da diversidade sexual, para o desenvolvimento de habilidades e competências no campo da educação de enfrentamento a preconceitos e discriminações por orientação sexual. Para isso a série abordará a *educação e sua interface com a orientação sexual na perspectiva de sua diversidade* a partir das potencialidades e fragilidades das escolas brasileiras (e profissionais de educação) para a abordagem educativa no espaço escolar. Temáticas como:

- processos socioculturais de construção da homofobia e suas repercussões na escola (heteronormatividade, identidade de gênero, identidade sexual, naturalização da homofobia etc.);
- demandas sociais de LGBT por igualdade de direitos na educação;
- resultados de pesquisas e estudos acerca da educação sexual e da homofobia na escola;
- as nuances das violências decorrentes da homofobia na escola e suas consequências para a formação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (ex: bullying homofóbico);
- as potencialidades e fragilidades das po-

líticas educacionais para a implementação de uma educação de enfrentamento a preconceitos e discriminações na perspectiva do enfrentamento à homofobia e reconhecimento das diferenças e diversidade sexual;

- experiências exitosas em andamento (em sistemas de ensino e escolas);
- desafios à educação para o aprimoramento de uma educação afirmativa para a diversidade sexual (formação inicial e continuada de professores/as; currículo, produção de conhecimento, material didático etc.), que aborde as possibilidades de enfrentamento a preconceitos e discriminações ainda existentes em nossa sociedade e nas escolas brasileiras).

A partir do exposto, entende-se que as temáticas relacionadas à abordagem educativa sobre orientação sexual e identidade de gênero são de extrema relevância para os espaços de formação inicial e continuada de educadores/as indo, portanto, ao encontro da proposta pedagógica do programa Salto para o Futuro. A proposta da série *Educação e Diversidade Sexual* objetiva mobilizar educadores/as do país inteiro para a adoção de práticas pedagógicas de enfrentamento a preconceitos e discriminações por orientação sexual e a efetivação de uma educação afirmativa voltada para a valorização e o reconhecimento das diferenças e diversidades sexuais.

TEXTOS DA SÉRIE *EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL*⁵

A série pretende discutir a responsabilidade dos sistemas de ensino quanto ao enfrentamento de preconceitos e discriminações por orientação sexual, respaldando-se na garantia constitucional de educação enquanto direito fundamental de todos e todas. Nesse sentido, os programas irão discutir os processos de formação (inicial e continuada) de profissionais da educação sobre sexualidade e diversidade sexual; debater sobre o atual cenário de violências vividas por LGBT no ambiente escolar a partir de pesquisas e estudos realizados nesse campo; refletir acerca das estratégias (metodológicas e pedagógicas) de abordagem da sexualidade na escola na perspectiva do reconhecimento e da valorização da diversidade sexual; apresentar experiências exitosas, ressaltando os obstáculos, fragilidades e potencialidades das escolas brasileiras para a inserção da temática no currículo escolar. Ao longo da série, são apresentadas as questões específicas do campo educacional articuladas aos processos socioculturais de construção da homofobia nos demais espaços da sociedade, de modo a dialogar com conceitos como heteronormatividade, identidade de gênero, identidade sexual, naturalização da homofobia, igualdade de direitos, movimentos sociais etc.

TEXTO 1: DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE SEXUAL

9

Este texto traz como questão central a discussão em torno dos mecanismos de interferência da homofobia no direito à educação de LGBT. Assim, apresenta os processos socioculturais de construção de sentidos e significados acerca das sexualidades de modo a trazer informações sobre violência, preconceitos e discriminações dirigidas a LGBT, os processos de reivindicação empreendidos pela população LGBT e a política educacional em e sobre direitos humanos no Brasil. O texto mostra a importância de desnaturalizar a homofobia e de promover ações afirmativas de desconstrução de valores e práticas homofóbicas nos espaços sociais, com enfoque na escola. Para isso, aborda *a educação e sua interface com a orientação sexual na perspectiva de sua diversidade*, instigando a reflexão sobre o papel da educação e seus profissionais (especialmente professores/as) nesse processo de enfrentamento às desigualdades ocasionadas pela homofobia.

5 Estes textos são complementares à série Educação e diversidade sexual, com veiculação no programa Salto para o Futuro/TV Escola de 09/05/2011 a 13/05/2011.

TEXTO 2: ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

Este texto apresenta o atual cenário vivido por LGBT nos espaços escolares, no sentido de aproximar as temáticas aos profissionais de educação. Aborda as nuances das violências decorrentes da homofobia na escola e suas consequências para a formação (intelectual e humana) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (ex: bullying homofóbico), baseando-se em resultados de pesquisas e estudos que devem ser apresentados e debatidos com foco nas realidades das escolas brasileiras: suas potencialidades e fragilidades. Na base desse debate devem estar dimensões importantes da educação, como a formação inicial e continuada de professores/as, currículo, produção de conhecimento e material didático. Experiências positivas em acesso e permanência de LGBT em escolas também são apresentadas.

TEXTO 3: EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Este texto apresenta as ações empreendidas no campo da política educacional de enfrentamento à homofobia. Experiências exitosas de formação continuada de profissionais da educação, experiências de escolas na abordagem da temática e a produção de conhecimento sobre metodologias e práticas pedagógicas de enfrentamento à homofobia na escola são apresentadas e debatidas.

Os textos 1, 2 e 3 também são referenciais para as entrevistas e debates do PGM 4: *Outros olhares sobre Educação e diversidade sexual* e do PGM 5: *Educação e diversidade sexual em debate*.

10

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BORRILLO, D. *Homofobia*. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000/2010. 144p.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998/2005. 160 p.

CORRÊA, S. O.; MUNTARBHORN, V. (orgs.). *Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Yogyakarta/Indonésia, 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 12/11/2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (2008). *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância à diversidade sexual*.

JOCA, Alexandre Martins. *Diversidade Sexual na Escola: um “problema” posto à mesa*. Dissertação de Mestrado. UFC, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*, v. 32. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs.). *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Editora UNB, 2009. 196 p.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAZZON, J. A. (coord.). *Pesquisa Nacional Diversidade na Escola*. Fundação de Estudos e Pesquisas Econômicas, 2009.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Editora Cortez, 2008. 144 p.

SMIGAY, K. E. von. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, 8(11), p. 32-46, 2002. Disponível no SciELO (Scientific Electronic Library Online), <<http://www.scielo.br/ptp>> Acesso em 21 nov. 2007.

TORRES, M. A. *A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. v. 1. 72 p.

TEXTO 1

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE SEXUAL

PELO DIREITO À EDUCAÇÃO E À DIVERSIDADE NA ESCOLA

Alexandre Martins Joca¹

INTRODUÇÃO

“A sexualidade é um nó para a escola”. Essa afirmativa, de uma professora da Rede Estadual de Ensino Público do Ceará, durante o encerramento de um curso de formação continuada sobre gênero e diversidade sexual, foi provocadora, no sentido de nos despertar para reflexões acerca dos motivos que nos condicionam a olhar para a sexualidade, na perspectiva de sua diversidade, como uma dimensão humana problemática, “um nó”, “um problema”, para a prática educativa e para o convívio escolar.

Nosso objetivo principal neste texto é puxar alguns dos fios desse “nó” que se tornaram as tentativas de inserção das temáticas relacionadas à diversidade sexual nas escolas brasileiras, apontando algumas pistas que nos permitam compreender os mecanismos de interferência da homofobia no direito à educação escolar de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT.

1. DA EDUCAÇÃO POR DIREITO AO DIREITO À EDUCAÇÃO

Uma questão central para pensarmos o direito à educação a LGBT está em olhar a educação formal e, conseqüentemente, a instituição escolar como um direito de todos e todas, articulando a relação entre “Educação” e “Direito”, a partir de duas perspectivas: “a educação como um direito de todos e todas” e “o direito à educação a todos e todas”.

No campo legislativo, a perspectiva da educação como um “*direito de todo cidadão*” está garantida constitucionalmente no Brasil desde a Constituição de 1934. No intuito de alcançar a universalização do ensino público, o acesso a todos e todas à instituição escolar foi, durante muito tempo, uma bandeira dos movimentos pela educação no Brasil e sinônimo de exercício da cidadania e de democracia. No entanto, com o passar do tempo, percebeu-se que o desejado acesso à escola não garantia a todos e todas a permanência e o êxito escolar. Isso porque a desejada uni-

12

1 Mestre e doutorando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e membro do Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB. Consultor da série.

versalização do ensino não garantiu, de fato, a equidade no direito à educação.

Portanto, a perspectiva da educação como um “*direito de todos e todas*” viu-se ameaçada pelo *bicho-papão* que ronda o universo escolar – a *exclusão, a segregação, a dominação e o poder hegemônicos* – resultantes das relações hierarquizadas e desiguais que caracterizam nossa sociedade e violam os princípios iluministas da modernidade. Esse *bicho-papão* determina a cor, o sexo, a classe social e a orientação sexual que conduzem as práticas e relações vividas na escola e define quem deve ou não permanecer nesse espaço. Nesse contexto, põe-se em xeque a suposta universalidade da educação escolar, denunciando a negação do direito à educação a uma parcela considerável da sociedade, que inclui as pessoas que não se enquadram nos padrões e normas da heteronormatividade. Isso porque a garantia do direito à educação, para além do acesso à escola, exige desta e de seus profissionais a capacidade de atender às demandas dos(as) estudantes, de modo que o cotidiano e a vida na escola propiciem aos sujeitos em formação o sentimento de pertencimento, de acolhimento e o reconhecimento de suas singularidades e subjetividades, proporcionando uma formação além da aprendizagem cognitiva conteudista e disciplinar.

2 Adoto aqui o conceito trazido por Thomaz Tadeu da Silva (2000), que define normalização como um dos processos mais sutis pelo qual o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença, compreendendo que “normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa” (SILVA, 2000, p. 83).

É inegável que a escola sempre foi, e ainda o é, conduzida por princípios, valores e atitudes marcadoras de desigualdades de gênero, de classe, de raça/etnia e de orientação sexual. Talvez, por isso, durante muito tempo, a educação brasileira, focada na ênfase ao ensino propedêutico, omitiu-se, negou-se a inserir nos currículos, nas formações (inicial e continuada) de educadore(a)s, nos livros didáticos, e nos demais campos de atuação da educação, as temáticas relacionadas à diversidade cultural. Esta omissão findou por legitimar a hegemonia heteronormativa e essencialista da sexualidade, afirmando a escola enquanto o não-lugar para as pessoas LGBT.

2. A EDUCAÇÃO E SUA INTERFACE COM A ORIENTAÇÃO SEXUAL

13

A compreensão essencialista do sexual, há séculos, conduz os saberes e as relações sociais sexuais dos sujeitos, determinando seus desejos, prazeres e ditando as condutas sexuais aceitáveis ou negadas no âmbito social, findando por limitar e impor fronteiras à sexualidade humana e a submeter os sujeitos à condição de seres sexuais predefinidos, fixos e acabados, sem possibilidades de novas descobertas e prazeres, num processo de normalização² do sexual. Isso tem gerado profundas inquietações em decorrência das desigualdades ocasionadas pela com-

preensão da sexualidade através do prisma da dominação masculina e da hegemonia da heterossexualidade³ (JOCA, 2009).

É o que vem acontecendo com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT a partir dos processos de produção e reprodução da homofobia⁴, fonte de desigualdades de direitos e obstáculo à vivência e convivência harmoniosa com a diversidade sexual. A homofobia em nossa sociedade tem ocasionado profundas desigualdades e violências configuradas numa linha tênue de preconceitos e discriminações, que vão das manifestações mais sutis do cotidiano aos perversos crimes contra homossexuais em todo o Brasil. Para Borrillo,

(...) como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar as diferenças: ela interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica (BORRILLO, 2009, p. 18).

Contrária ao essencialismo, a concepção construcionista – ou a teoria da construção social – no campo da sexualidade, baseia-se em uma abordagem histórica, no sentido de compreendê-la como um construto sócio-histórico e cultural, pois “a sexualidade é construída de forma diferente através da cultura e do tempo” (PARKER, 2001). Na perspectiva pós-estruturalista, o que está em jogo é o embate entre a associação sexo/gênero, ou melhor, entre o sexo biológico e identidade de gênero e orientação sexual. Essa distinção apresenta-se ainda bastante confusa, pois os conflitos e desigualdades decorrentes da homofobia continuam presentes nos mais diversos espaços de sociabilidade dos sujeitos, de modo que, no âmbito da educação formal, as escolas brasileiras e os/as profissionais da educação têm demonstrado bastante dificuldade em estabelecer relações sociais positivas com os jovens LGBT, configurando um cenário de práticas discriminatórias⁵ de violação/negação de um direito constitucional fundamental: a educação.

3 Butler (2001), referindo-se ao que chama, no campo do sexual, de imperativo heterossexual, ressalta que “esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’ mas que formam o exterior constitutivo, relativamente ao domínio do sujeito (...). Neste sentido, o sujeito é construído através da força da exclusão e da abjeção (...). A formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo” (Butler, 2001, p. 155-156).

4 Termo comumente utilizado para definir o medo, o desprezo, a desconfiança e a aversão em relação à homossexualidade e às pessoas homossexuais ou identificadas como tais. A homofobia não diz respeito apenas ao universo variado de manifestações psicológicas negativas em relação à homossexualidade. Ela está na base de preconceitos, discriminações e violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e todas as pessoas cujas sexualidades ou expressão de gênero não se dão em conformidade com a heteronormatividade e as normas de gênero (CARVALHO, ANDRADE & JUNQUEIRA, 2009, p. 24).

5 Lionço e Diniz (2009) entendem práticas discriminatórias “como a valorização das diferenças de modo a promover desigualdades ou prejuízos para as partes desqualificadas” (LIONÇO e DINIZ, 2009).

Instituição de formação e sociabilidade, especialmente dos/as jovens, a escola tem se configurado como um espaço de produção e reprodução das diferenças. E, com sua dinâmica institucional centrada no disciplinamento, insiste em padronizar currículos, práticas educativas, espaço geográfico, arquitetônico e os sujeitos, reafirmando as relações sexuais hegemônicas, principalmente, no âmbito das questões de gênero e de orientação sexual. Um exemplo são as dificuldades demonstradas por educadores/as sobre o convívio com LGBT nos ambientes escolares, de modo que preconceitos e atos de discriminação contra a população LGBT muitas vezes são naturalizados e banalizados. Os próprios educadores/as, comumente, consideram estes casos como “brincadeiras”, “coisas sem importância”. Daí, não apenas silenciam, mas colaboram ativamente na produção e reprodução da homofobia (LOU-

RO, 1997; LOIOLA, 2005; JOCA, 2008, entre outros).

Vale lembrar que na década de 1980, com o surgimento da Aids, outras questões sobre a sexualidade foram incorporadas ao cenário educacional. No entanto, a discussão sobre a sexualidade na escola parece não romper com a lógica até então empreendida, pois a abordagem educativa concentrou-se em uma perspectiva cada vez mais biológica, voltada ao repasse de informações sobre saúde e pre-

venção, rejeitando ou ignorando as subjetividades dos desejos e prazeres implicados na vivência das diversas possibilidades do sexual.

As diversas pesquisas sobre homossexualidade⁶ apontam para

uma tríade da violência: rua-escola-família. A rua, espaço público onde os sujeitos exercem a cidadania, é negada para os homossexuais expressarem seus afetos, por diferirem

Instituição de formação e sociabilidade, especialmente dos/as jovens, a escola tem se configurado como um espaço de produção e reprodução das diferenças.

6 Para maiores informações sobre as manifestações de homofobia na escola, consultar:

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete. Juventudes e Sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

Pesquisa Nacional Diversidade na Escola - Sumário Executivo. (Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opinio-publica>).

Panorama dos Estudos sobre Violência nas Escolas no Brasil: 1980 - 2009. (Disponível em: <http://www.google.com.br/search?q=Panorama+dos+Estudos+sobre+Viol%C3%Aancia+nas+Escolas+no+Brasil%3A+1980+%E2%80%93+2009.&btnG=Pesquisar&hl=pt-R&source=hp&aq=f&aql=&aq=>

Política, Direitos, Violência e Homossexualidade (Disponível em: <http://www.clam.org.br/publiqu>)

da heterossexualidade; a família, espaço primário da formação e da afetividade, ainda se mantém presa às normas culturais que regem o que é “normal” e “diferente”; a escola, por sua vez, é a instituição responsável pela transmissão da cultura, numa função contudística, e

(...) no campo da sexualidade esta cultura determinou a heterossexualidade como hegemônica – síntese do machismo, selecionando as características individuais para cada sujeito mediante o gênero a que pertence, causando sérias implicações para as relações sociais e sexuais. De modo que, ao nascer, o indivíduo já leva impresso consigo um roteiro definido para seu comportamento de homem ou de mulher” (LOIOLA, 2008, p. 32).

No tocante às manifestações homofóbicas no ambiente escolar, Louro (1997) alerta para o processo de “fabricação” dos sujeitos e das diferenças, de identidades e corpos escolarizados, segundo as práticas cotidianas em que estes estão envolvidos, destacando a necessidade de estarmos atentos ao processo de banalização de palavras e gestos do cotidiano, tomados como naturais, pois essas, muitas vezes, camuflam as manifes-

tações homofóbicas direcionadas a LGBT. É a negação da possibilidade da vivência e convivência desses jovens com a diversidade sexual e, por conseguinte, a negação aos/às jovens homossexuais do direito à educação escolarizada, pois “a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los a ‘gozações’ e aos ‘insultos’ dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos” (LOURO, 1997, p. 68). Desse modo, evidenciam a permanência das manifestações homofóbicas nas escolas, revelando ainda a existência de obstáculos enfrentados por homossexuais nas relações sociais vividas nesse espaço.

A carência de ações educativas programadas⁷ sobre sexualidade e diversidade sexual, na perspectiva do enfrentamento à homofobia nos espaços escolares, torna-se evidente, de modo que são o(a)s jovens LGBT, no acaso⁸ escolar, que têm incluído as temáticas da diversidade sexual. No entanto, nas últimas décadas, as políticas de EDH no Brasil vêm empreendendo ações no intuito de garantir a LGBT o direito à educação e ao espaço escolar.

7 Denomino aqui de ‘programados’ as ações ou atividades educativas previamente programadas a serem desenvolvidas pela escola no processo de ensino-aprendizagem dos/as jovens estudantes. Tais atividades estão de acordo com o que se espera da instituição escolar em relação à formação do/a cidadão/ãs (JOCA, 2008, p. 99).

8 “O acaso são os acontecimentos oriundos da sociabilidade dos sujeitos no espaço escolar. (...). Ao proporcionar a ocorrência do acaso, a sociabilidade dos/as jovens muitas vezes é confundida com ou designada como indisciplina, má conduta, pois essas experiências não são legitimadas nem reconhecidas, pela escola, como aprendizagens significativas, nem positivas para seu desenvolvimento individual e coletivo” (JOCA, 2008, p. 105-106).

3. DIREITOS SEXUAIS COMO DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO

Desde os anos de 1990, e com maior intensidade na primeira década do século XX, o Estado brasileiro (nas esferas municipais, estaduais e federal) vem discutindo e procurando responder às demandas de camadas da sociedade historicamente excluídas, por meio do que se convencionou chamar de “políticas afirmativas”⁹.

Quanto à política educacional brasileira, podemos citar alguns avanços, como também alguns desafios. O primeiro avanço consiste na criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que, desde 1997, propõem a inclusão, no currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, das questões aqui discutidas, numa perspectiva de abordagem transversal nos tópicos intitulados “Pluralidade Cultural” e “Orientação Sexual”¹⁰. Apesar do reconhecido avanço representado pelos PCN, uma das críticas a esta proposta consiste na não obrigatoriedade da inserção

dessas temáticas no currículo escolar, pelo caráter de recomendação atribuído aos PCN; na carência de materiais didáticos e paradidáticos voltados a essas questões e, durante muito tempo, a carência de formação continuada de educadores/as tendo em vista o desenvolvimento de competências e habilidades para uma abordagem educativa desses temas. Figueiró (2006), Loiola (2006) e Joca (2008), entre outros, apontam, também, para uma suposta inoperância dessa proposta, uma vez que os temas transversais acabam por serem postos em segundo plano na dinâmica escolar, especialmente as questões que envolvem conflitos morais e éticos como a homossexualidade (JOCA, 2008).

As políticas educacionais afirmativas de enfrentamento ao sexismo e à homofobia realizadas pelo Ministério da Educação - MEC concentram-se, especialmente, na realização, desde 2005, de formação continuada de educadores/as sobre gênero e diversidade sexual, em parceria com Instituições de Ensino Superior. A implementação dessas polí-

9 Conquistas importantes no campo das questões étnico-raciais e de gênero foram: a Lei n. 7.716/89, que define os crimes ocasionados pelo preconceito de raça e cor; e a Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha, que estabelece punições à violência contra a mulher. No entanto, o Legislativo, num intenso conflito de poder ideológico entre a “banca fundamentalista”, “religiosa” e conservadora e os legisladores conhecidos comumente como “bancada progressista”, ainda não caracteriza a homofobia enquanto um ato criminoso nem legitima a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Vale lembrar que o Projeto de Lei n. 122/2006 tramita, atualmente no Legislativo, propondo alterar a Lei n. 7.716/1989. A alteração consiste em incluir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual, e identidade de gênero e indica, dessa maneira, sanções às práticas discriminatórias dirigidas aos/hos homossexuais. O projeto foi aprovado no Congresso Nacional, em 2007, e atualmente tramita no Senado Federal.

10 A expressão “Orientação Sexual” é entendida no texto dos PCN como “educação sexual”, não estando, portanto, relacionada especificamente às temáticas de identidade de gênero e diversidade sexual.

ticas no âmbito educacional perpassa pelos conflitos epistemológicos, ideológicos e políticos, numa arena de interesses e relações de poder, como exemplo, as dificuldades do MEC e demais órgãos governamentais em instituir, enquanto política pública, uma educação sexual na qual a abordagem pedagógica da sexualidade humana tenha como um de seus pilares o enfrentamento ao sexismo e à homofobia. Nessa última, a violação do princípio constitucional, garantido pela Constituição de 1988, de laicidade do Estado brasileiro, pela influência e poder das instituições religiosas sobre as políticas do Estado, constitui-se, significativamente, enquanto um obstáculo a ser superado (COSTA, JOCA, FILHO, 2011).

A partir da primeira década do século XXI, essas questões encontraram espaço no âmbito das políticas educacionais brasileiras como temáticas contempladas nas políticas

de Educação em Direitos Humanos (EDH)¹¹. O Plano de ação da 1ª fase do Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos define EDH como “o conjunto de atividades de educação, capacitação e difusão de informações orientadas a criar uma cultura universal no campo dos direitos humanos mediante a transmissão de conhecimento, o ensino de técnicas e a formação de atitudes”¹².

Um dos focos da Educação em Direitos Humanos – EDH está em garantir a efetivação da “educação como um direito de todos e todas”. Para isso, além de garantir o acesso universal à escola, cabe ao Estado fazer do ambiente escolar, um espaço de acolhimento a todos e todas, isento de preconceitos e discriminações. Nessa perspectiva, a EDH traz novos desafios aos educadores/as, pesquisadores/as e gestores/as, acrescentando à pauta da educação o desafio de construir alternativas de políticas voltadas

Um dos focos da Educação em Direitos Humanos – EDH está em garantir a efetivação da “educação como um direito de todos e todas”.

11 Podemos citar o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH); o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a Conferência Nacional de Educação (CONAE) como documentos de referência para a EDH. Esses documentos constituem-se em diretrizes e propostas para a educação voltadas à efetivação da vivência de valores como a Vida e a integridade pessoal, Dignidade humana, Identidade, Liberdade e responsabilidade, Igualdade e não discriminação, Justiça e equidade, Solidariedade e cooperação, Participação, Pluralismo, Desenvolvimento humano, Paz e segurança, Diversidade, entre outros.

12 Plano de ação da 1ª fase do Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos. p. 18. Tradução livre. portanto, relacionada especificamente às temáticas de identidade de gênero e diversidade sexual.

ao enfrentamento de violências e desigualdades sociais que se refletem, também, no cotidiano escolar. Exige-se, portanto, da educação e de seus profissionais um reordenamento, uma reorganização das estruturas e das políticas educacionais, dos currículos, da formação docente, das práticas educativas; um reordenamento do vivido na escola, em resposta à histórica exclusão que caracterizou a educação escolar no Brasil.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES

A pretensão em trazer algumas questões que implicam desvelar os processos de negação do direito à educação a pessoas LGBT consiste em contribuir para as reflexões acerca da função social da escola e dos/as educadores/as no que diz respeito ao enfrentamento de preconceitos e discriminações por orientação sexual. Além de reflexões, torna-se necessário, nesse momento, que nós, educadores e educadoras, passemos a questionar nossas práticas e atitudes, muitas vezes naturalizadas no cotidiano escolar; a duvidar, questionar e problematizar algumas “verdades” sobre as sexualidades e gênero. Não há dúvida que esse exercício exige de nós a disponibilidade para a mudança, a reconstrução de valores e princípios, a disponibilidade para olhar o outro e a nós mesmos a partir de outras perspectivas, vislumbrando outras possibilidades de ser e estar no mundo. Essa disponibilidade ao novo, ao que outrora pudesse parecer “estranho”, “incomum”, longe

da lógica que já nos é tão familiar, permite que nos tornemos educadores e educandos simultaneamente, expondo-se às diferenças, e como afirma Freire (1996), “*disponibilidade a tocar e a ser tocado, a perguntar e a responder, a concordar e a discordar. Disponibilidade à vida e a seus contratempos*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORRILLO, Daniel. *A Homofobia. In: Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Tatiana Lionço; Débora Diniz (orgs.). Brasília: Letras-Livres/Ed.UnB, 2009.

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, Adriano Henrique Caetano; JOCA, Alexandre Martins; FILHO, Francisco Xavier Ramos Pedrosa. *Introdução - Educação e Se-*

xualidades: entre encontros e desencontros. In: *Recortes das Sexualidades: encontros e desencontros com a educação*. Fortaleza: Editora UFC, 2011.

CARVALHO, Maria Eulina; ANDRADE, Fernando Cezar Bezerra e JUNQUEIRA, Rogério Diniz. In: *Gênero e Diversidade Sexual: um glossário*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB. 56p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006.

JOCA, Alexandre Martins. *Diversidade Sexual na Escola: Um "problema" posto à mesa*. Dissertação de Mestrado. UFC, 2008.

_____. Educação escolarizada e diversidade sexual: problemas, conflitos e expectativas. In: *Desatando Nós: Fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual*. Adriano Henrique Caetano Costa; Alexandre Martins Joca; Luís Palhano Loiola (orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2009.

LIONÇO, Tatiana e DINIZ, Débora. *Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narra-*

tiva da diversidade sexual. In: *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Tatiana Lionço; Débora Diniz (orgs.). Brasília: Letras-Livres/Ed. UnB, 2009.

LOIOLA, Luís Palhano. *Diversidade Sexual: para além de uma educação escolarizada*. 2005. 189 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FACED, Universidade Federal do Ceará, 2005.

_____. *Diversidade Sexual: perspectivas educacionais*. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *Um corpo estranho: Ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PARKER, Richard. *Cultura, economia política e construção social da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Plano de Ação da Primeira etapa do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (2009). UNESCO e UN OHCHR. Site. Disponível em <<http://www.ohchr.org/Do>

cuments/Publications/PActionEducationsp.pdf>. Acesso em: janeiro. 2011.

SILVA, Thomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TEXTO 2

ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS À HOMOFOBIA: ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Marco Antonio Torres¹

INTRODUÇÃO

No presente texto são analisados os argumentos da matriz heterossexista e seus desdobramentos entre educadores e educadoras na escola, desde as diversas formas de currículos até as emoções que perpassam o ambiente escolar. Apresentamos as noções de identidade de gênero e de orientação sexual como possibilidades de compreensão das sexualidades, além dos argumentos desta matriz. Por fim, nomeamos algumas elaborações na política de Direitos Humanos que emergem na contemporaneidade e que questionam as lógicas de discriminação da população LGBT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) nas políticas educacionais.

1. A Insuficiência do Modelo Heterossexista para Compreensão da Orientação Sexual e Identidade de Gênero na Contemporaneidade

Tanto as crenças quanto as contingências que se relacionam com a sexualidade fo-

ram formadas em nosso processo de socialização. A socialização que temos nas relações cotidianas possibilita a construção de conhecimentos. Poderíamos citar muitas crenças questionadas pelas contingências na contemporaneidade, principalmente pelos movimentos sociais de estudantes, de mulheres; movimentos contra a discriminação etnorracial, em defesa da ecologia e dos direitos de LGBT (lésbicas, gays, travestis e transexuais). Essas lutas é que colocam em xeque crenças e valores na sociedade em geral, e adentram a comunidade escolar para questionar supostas verdades tomadas como absolutas, isto é, naturais. São lutas fundamentais para efetivar o reconhecimento das sexualidades pela noção de diversidade sexual. Vejamos a questão específica das sexualidades e do preconceito na comunidade escolar.

As formas de expressão da sexualidade e a variedade de práticas sexuais que experimentamos durante a vida também são frutos de processos de socialização e são contin-

1 Professor da Universidade Federal de Ouro Preto, atuando nas licenciaturas e formação continuada de professores/as e doutorando no Programa de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Consultor da série.

gências que passaram a ser tomadas como verdades no processo histórico. As noções do judaísmo e do helenismo, por meio da cultura cristã, negaram e rejeitaram outras formas de compreensão da sexualidade humana. Essas noções, sem questionamentos, elaboraram a crença de que homem e mulher não poderiam expressar e praticar sua sexualidade, a não ser pelo padrão heterossexista, ou seja, homens comandavam a sociedade e as relações sexuais somente eram aceitas dentro de uma união conjugal entre homem e mulher. Tais noções estão nos currículos, nos saberes e fazeres da comunidade escolar. Por isso, muitas vezes, ao pensarmos sobre identidade de gênero e orientação sexual, os sentimentos que temos em relação às pessoas que expressam sexualidades diferentes do padrão heterossexista são emocionalmente perpassados pela constelação de discursos que aprendemos e repetimos nas configurações sociais.

O conceito de figuração ou configuração em Norbert Elias (1970) pode ser tomado na análise dos posicionamentos de indivíduos e grupos no contexto educacional. O autor explica o conceito de figuração por meio do

exemplo de um baile, no qual vários indivíduos, dependentes do movimento coletivo e orientados uns pelos outros, movem-se cadenciados pela música que toca, com sua letra, seus instrumentos, seu ritmo, enfim, uma complexidade dinâmica de elementos diferentes que aparecem como se formassem um todo. Desse modo, Elias elabora uma sociologia processual e busca fugir das antíteses no uso dos conceitos de indivíduo

e sociedade, entendendo que as pessoas estão em um fluxo nem sempre planejado ou previsível.

Essa noção pode nos ajudar a entender as escolas como uma figuração, ou configuração, onde os significados da sexualidade

Na contemporaneidade, as noções de identidade de gênero e orientação sexual têm sido articuladas pelo movimento LGBT e compreendem a escola como lugar importante para divulgação dessas noções.

são disputados por muitos discursos: médicos, morais, religiosos etc. Quando pensamos a sexualidade, podemos pensar que atualmente têm emergido algumas tendências. Uma bastante clara e definida: contra qualquer tema, assunto, referência etc. que aponte a legitimidade de demandas LGBT na escola, como, por exemplo, o respeito ao nome social de travestis e transgêneros. Outra tendência ainda esmaecida tem sido

a de professores/as, alunos/as, gestores/as, funcionários/as etc. que defendem e às vezes até se engajam em ações favoráveis aos LGBT. Esta tendência de apoio não é muito forte nem publicamente definida, muitas vezes ainda está “trancada no armário”. Porém aquelas/es que são contrários aos LGBT estão apoiadas/os no machismo presente em nossa educação.

Na contemporaneidade, as noções de identidade de gênero e orientação sexual têm sido articuladas pelo movimento LGBT e compreendem a escola como lugar importante para divulgação dessas noções. Na Indonésia, estudiosos e ativistas se reuniram e prepararam um documento encaminhado às Nações Unidas, denominado *Princípios de Yogyakarta* (nome da cidade onde ocorreu o encontro), cuja proposta, já apresentada no texto da Introdução, define orientação sexual e identidade de gênero:

COMPREENDENDO “orientação sexual” como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas;

ENTENDENDO “identidade de gênero” como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sen-

tida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (INDONÉSIA, 2006, p. 9).

As noções desse documento se propõem a subverter o modelo heterossexista e, ao mesmo tempo, revelar a força desse modelo. Quando se faz necessário um documento que afirme um direito, o documento revela que esse direito tem sido negado, ou seja, declarar direitos é reconhecer primeiramente que esse direito não é evidente para todos os homens, que eles têm essa garantia (CHAUÍ, 1989). Assim, podemos considerar os Princípios de Yogyakarta como reveladores de que esses direitos não são um fato óbvio às comunidades políticas, pois se afirma a heterossexualidade como única via possível do desejo sexual (orientação sexual) e da auto-percepção do sujeito (identidade de gênero).

Quando falamos sobre transexuais, pessoas que desejam mudar o nome, a aparência (realizando ou não cirurgias), para se adequar anatomicamente como homem ou como mulher, falamos de identidade de gênero. Todavia um transexual (masculino ou femi-

nino) pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual, termos que indicam sua orientação sexual. Assim, uma pessoa que nasceu com pênis pode, ao longo da vida, se sentir e se perceber como mulher; poderá, ou não fazer cirurgia e/ou outros tratamentos para adequação dos genitais. Outra pessoa que nasceu com vagina e não se sente uma mulher, mas sim um homem, não será lésbica, mas vive a transexualidade e poderá, em alguns países como o Brasil, retirar seus seios e colocar uma prótese peniana. Contudo mesmo após essa alteração essa pessoa poderá ter relações sexuais com homens e/ou com mulheres (bissexual), ou ter relações somente com alguém do sexo oposto (heterossexual), ou ainda ter somente relações com pessoas do mesmo sexo (homossexual). Segundo muitos ativistas e estudiosos, o sexo oposto para uma pessoa que nasceu com pênis e se sente mulher é o homem, não uma mulher. Os gays e as lésbicas seriam pessoas que compreendem seu corpo como adequado e desejam sexualmente pessoas do mesmo sexo.

A identidade de gênero não **necessariamente** coincide com a orientação do desejo sexual, conforme as definições vistas anteriormente. Podemos, aqui, pensar em muitas rela-

As sexualidades têm sido tratadas com base em crenças morais, provenientes de discursos religiosos, científicos, educacionais, entre outros.

ções possíveis entre orientação sexual e identidade de gênero. Por isso, como muitos têm feito, preferimos pensar que existem sexualidades, homossexualidades, heterossexualidades, lesbianidades, bissexualidades, transexualidades, etc. Dessa forma, a sexualidade pode ser compreendida como uma variedade de expressões e práticas sexuais que vão além do padrão heterossexual. Para maiores esclarecimentos sobre questões específicas sobre a transexualidade e travestilidade já existem várias pesquisas e estudos no Brasil

que podem demonstrar a complexidade dessa temática e o quanto ela complexifica a diversidade sexual (BENEDETTI, 2005; BENTO, 2006; PELÚCIO, 2009; KULICK, 2008)

As sexualidades têm sido tratadas com base em crenças morais, provenientes de discursos religiosos, científicos, educacionais, entre outros. Essas crenças só serão questionadas quando passarem por um debate fundamentado nos direitos de cidadania. O que deve ser definido ou não como direito sexual, assim como todos os direitos de cidadania, é decidido em disputas e lutas humanas durante a história da sociedade. Esses direitos devem informar educandos/as e educadores/as e servir de orientação para uma educação que os prepare para os

direitos de cidadania relacionados à diversidade sexual.

2. A ARTICULAÇÃO DO PRECONCEITO CONTRA A POPULAÇÃO LGBT NA ESCOLA

O preconceito contra a população LGBT tem sido denominado de homofobia. Esse termo denota tudo que, na produção da cultura e dos saberes ocidentais, implica discriminação afetiva, intelectual e política, sejam as lógicas heterossexistas (Borrillo, 2001), ou outras. Podemos afirmar que, no Ocidente, os argumentos religiosos foram fundamentais na constituição da homofobia, das formas de violência que figuram na comunidade escolar, pois foram esses argumentos, seguidos pelos discursos médicos na modernidade, que elaboraram e sustentaram a matriz heterossexista. A homofobia também aparece na ausência de representações da população LGBT nos materiais didáticos e nos currículos da educação (LIONÇO; DINIZ, 2009).

Devemos notar que o preconceito atinge toda a comunidade escolar – dos funcionários ao/à diretor/a. Enquanto o preconceito não for reconhecido como um sistema que regula as relações educacionais de toda a comunidade escolar, ficaremos procurando a homofobia nas pessoas. Por isso, nas ações contra todas as formas de preconceito, especificamente o preconceito baseado no he-

terossexismo, é preciso repetir que as diferenças de identidade de gênero e orientação sexual são direitos a ser reconhecidos.

Surgem, então, várias questões em relação a educadores/as e educandos/as LGBT: até que ponto as políticas públicas e a produção acadêmica podem contribuir para o reconhecimento da orientação sexual e da identidade de gênero na comunidade escolar? Quais recursos são mobilizados pelos educadores e pelas educadoras nas figurações da sexualidade na comunidade escolar? Certamente essas questões são importantes para pensarmos uma educação menos excludente e mais democrática.

Toda educação fica prejudicada com o preconceito, segundo afirma a pesquisa “Preconceito e discriminação no ambiente escolar”, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Conforme a pesquisa, podemos afirmar que o preconceito estabelece limites aos grupos atingidos por ele, por meio da pressão social e da violência a que são submetidos os alvos das discriminações. No ambiente escolar, o preconceito, a discriminação e as práticas discriminatórias ofensivas se relacionam diretamente com o desempenho dos/as alunos/as e dos professores/as. As notas mais baixas estavam relacionadas às escolas com maior índice de preconceito. Outro resultado obtido pelo estudo da Fipe é que alunos com forte participação religiosa (católicos, 65%; evangélicos, 31,2%) apresentam tendência a ser

mais preconceituosos, especificamente em relação aos homossexuais (termo usado na pesquisa), mostrando a presença dos discursos religiosos na articulação da homofobia.

Desde 2004, com o Programa Brasil Sem Homofobia (2004-2009), o Plano Nacional de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania LGBT (2009), a oferta de cursos de aperfeiçoamento/especialização para educadoras/es que conjugam as temáticas de gênero, étnico-racial e sexualidade/diversidade etc. as noções sobre orientação sexual e identidade de gênero têm se articulado à educação via posições identitárias LGBT.

Nos contextos da educação, essas reafirmações identitárias disputam com as críticas elaboradas pela perspectiva *queer*, como é possível perceber pelos trabalhos de Guacira Lopes Louro (2001). Seria a desconstrução identitária, ou seja, as identidades LGBT em vista da diversidade sexual, um caminho possível para a população de transexuais e/ou travestis nos terrenos da educação no atual contexto? Para Almeida (2010), essa lógica *queer* não seria viável para determinadas regiões do mundo, entre elas América Latina e segmentos populares do Ocidente

em geral, lugar das educadoras que pesquisamos. Consideramos que mesmo reconhecendo a validade da perspectiva *queer*, em sua crítica às identidades essencializadas, parece ainda não consumado um modo de positivar direitos aquém das identidades, ainda que transitórias.

Na análise de Almeida (2010, p. 36) é nessa complexidade que as sobreposições das agendas de cidadania, dos direitos humanos, das políticas das identidades são destacadas como assuntos de grande importância, sendo a orientação sexual um fator que demonstra as contradições da sobreposição dessas agendas.

Essas questões estão relacionadas à possibilidade de empoderamento de sujeitos submetidos

a uma estigmatização grupal, inferiorizados coletivamente por pertencerem a um grupo (Elias, 2000, p. 23), no caso, o grupo LGBT. Essas figurações aparecem em vários domínios do mundo contemporâneo, entre eles, a educação, território no qual as pedagogias formatam corpos pela sexualidade enquanto dispositivo do poder de controlar, estilizar e fazer confessar questões relacionadas ao sexo (Louro, 2001).

Certamente, a educação e a escola precisam assimilar melhor as noções de orientação sexual e identidade de gênero para combater a homofobia em todas as suas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses dispositivos do preconceito, mesmo quando superados teoricamente na educação, persistem nas práticas pedagógicas que, pelo pacto do silêncio, negam a existência de hierarquizações sexuais. Analisar as figurações da sexualidade na escola pode ser um dos modos para (des)construir formas de intervenção, de crítica e de geração de conhecimentos no amplo debate sobre identidade de gênero e orientação sexual. Certamente, a educação e a escola precisam assimilar melhor as noções de orientação sexual e identidade de gênero para combater a homofobia em todas as suas dimensões. Infelizmente, constatamos que faltam metodologias, pesquisas e informações para reconhecer a legitimidade e as estratégias desses espaços. Essa discussão pode ser analisada no livro organizado por Rogério Diniz Junqueira, que discute as consequências deste fato da seguinte maneira.

Ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação (JUNQUEIRA, 2009, p. 13).

A entrada da escola no debate sobre identidade de gênero e orientação sexual por meio de políticas públicas, ações empreendidas pelos movimentos sociais, pela militância em geral e pela academia, tem ocorrido concomitantemente com o recrudescimento de outros setores sociais, de diversas origens (CORRÊA; PARKER, 2007).

Sem dúvida, a população LGBT, e especificamente aqueles que trazem de maneiras explícitas em seus corpos o pertencimento a essa população têm sido historicamente alvos da crueldade e da violência na comunidade escolar. Para isso, é necessário especificar dentro dos Direitos Humanos a violência social e institucional praticada contra os direitos humanos LGBT. Especificar essa questão é questionar como travestis, gays e lésbicas são humilhados e constrangidos sem que os agentes desses atos reconheçam essa situação.

Assim, podemos reconhecer que existem práticas preconceituosas, denominadas homofóbicas e/ou heterossexistas que ferem a dignidade de seres humanos dentro e fora da escola. Lembramos também que podemos dizer que são práticas orientadas pela matriz heterossexista presente nas configurações sociais da educação. Essas práticas, orientadas por discursos sedimentados historicamente e repetidos no cotidiano, promovem a exclusão da população LGBT dos direitos de cidadania, constituindo um grave problema

a ser enfrentado na educação e na democratização da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. V. *A chave do armário, homossexualidade, casamento e família*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010. 225 p.
- BENEDETTI, M. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256 p.
- BORRILLO, D. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção à Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, pessoas com necessidades especiais (deficiência) e socioeconômicas*. São Paulo: FIPE/MEC/INEP, 2009.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAUÍ, M. Direitos humanos e medo. In: Fester, A. C. R. (orgs.). *Direitos humanos: um debate necessário*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 15-36.
- CORRÊA, S.; Parker, R. Preface. In: Parker, R.; Petchesky, R.; Sember, R. (eds.). Reports from the front lines. *Sexual Policy Watch*, 2007. p. 5-7. Em: <<http://www.sxpolitics.org>>. Acesso em: 17/02/2008.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Tradução de Maria Luisa Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1970.
- ELIAS, N.; Scotson, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- INDONÉSIA (2006). *Princípios de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Tradução de Jones de Freitas. 2007. Retirado em 03/02/2008, do Observatório de Sexualidade e Política. <http://www.sxpolitics.org/frontlines/book/pdf/sexpolitics.pdf>.
- JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Edu-

cação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs.). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Ed. UnB, 2009.

Louro, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: Louro, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-34.

PELÚCIO, L. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

TEXTO 3

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA TRABALHAR A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA

Marina (Mário) Reidel¹

Esse texto analisa como o contexto da escola apresenta desafios para a inserção do tema 'diversidade sexual', especialmente pelo modo como a sexualidade tem sido abordada neste contexto, e faz um breve relato de outras possibilidades de abordagem da temática no ambiente escolar. Em 1997, quando o MEC lançou com os PCN o tema transversal "orientação sexual", as discussões sobre sexualidade humana encontraram espaço quase que exclusivamente nas aulas de Ciências e Biologia e no trabalho isolado destes/as professores e professoras. A Educação Sexual não constitui uma disciplina específica, de caráter curricular obrigatório e tornou-se insuficiente quando restrita a estas disciplinas. Fortemente associada ao corpo humano e aos aparelhos reprodutores, esta educação sexual baseava-se e ainda se baseia, em grande parte, nos conteúdos disponíveis em livros didáticos de Ciências. Hoje, com esta transversalidade assumida por muitas escolas, o livro didático de Ciências tem sido incorporado a

outros aliados, como os livros paradidáticos e o diálogo com organizações não governamentais. É sobre algumas dessas articulações que o presente texto irá discorrer.

ANÁLISE CRÍTICA DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Todos os livros didáticos, além de se constituírem artefatos de cultura no espaço escolar, podem ser considerados como elementos das pedagogias e dos currículos, produzindo conhecimentos e contribuindo para produzir identidades culturais. Essa produção dá-se em meio a determinadas relações de poder e baseia-se em certas representações dos gêneros e das sexualidades, marcando identidades e diferenças. Tais representações regulam estilos de vida e práticas individuais. Potencialmente inseridos nos currículos escolares, os livros paradidáticos são, também, instrumentos de uma política educacional que inclui saber e certas identidades, tornando suas re-

¹ Professora da educação básica na região de Porto Alegre e mestranda no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Consultora da série.

apresentações visíveis. Atualmente, podemos observar tais questões em várias mídias, contrapondo estilos e marcando diferenças, como por exemplo, na vida de artistas consagrados como Cazusa (BONASSI, 2004) e suas canções (ARAUJO NETO, 1984). Porém, geralmente, ausentam-se da produção dos livros didáticos, mesmo que circulem de outros modos pelo ambiente escolar.

Para Furlani (2005), o livro pode ser considerado um produto cultural e pedagógico importante. O livro é o local onde os significados de gênero e de sexualidade são marcados, contestados e rearticulados. Professores e professoras podem olhar para as representações buscando discutir seus possíveis efeitos, tanto nas produções de identidades culturais, quanto nas discussões sobre Educação Sexual. Crianças, jovens e adultos da comunidade escolar poderão se expressar como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais a partir de determinadas garantias sociais. Diante da violência promovida pelo heterossexismo, é preciso assegurar que esses/as cidadãos/ãs não serão submetidos/as à humilhação, à violência ou algo similar. Assim, com base na noção

Entendemos que a escola, estatal ou não, pertence ao público, é lugar de discursos que lutam para influenciar o processo de ensino e aprendizagem dos cidadãos e das cidadãs.

de diversidade sexual, as crenças sobre as sexualidades precisam ser continuamente questionadas. Para isso, é necessário reafirmar o princípio de laicidade do Estado, algo que nos permite entender a escola de uma forma específica.

Entendemos que a escola, estatal ou não, pertence ao público, é lugar de discursos que lutam para influenciar o processo de ensino e aprendizagem dos cidadãos e das

cidadãs. Isso quer dizer que mesmo uma escola particular (não estatal) no Brasil e nas demais comunidades que se afirmam democráticas estabelece seus critérios educacionais a partir desses discursos, pois todos

os grupos sociais deveriam ter o direito de se manifestar na comunidade política. Essas lutas – entre as quais temos grupos contrários e favoráveis aos direitos de LGBT – podem alargar a esfera civil, enquanto pertencerem ao público, ou limitar essa esfera, se ficarem ocultas pelo pacto do silêncio. Os temas da sexualidade reduzidos a aulas específicas, orientados de modo a negar a diversidade sexual, contribuem para a negação dos direitos de cidadania e direitos humanos LGBT (BRASIL, 2009).

Os discursos que promovem ou praticam a humilhação, a exclusão e a violência contra a população LGBT opõem-se aos direitos de cidadania, pois impedem que alguns desfrutem desses direitos. Essa constatação denuncia a concepção de cidadania como privilégio de alguns em detrimento de outros e a existência do preconceito na comunidade democrática. Essa forma de exclusão permanece, muitas vezes, invisibilizada nas hierarquizações do preconceito social (MACHADO; PRADO, 2008). Isso impede a muitos/as de usufruírem direitos, como aquele relacionado ao direito de estabelecer contratos conjugais com pessoas do mesmo sexo (REIS; HARRAD, 1996). Essas e outras questões relacionadas à diversidade sexual podem ser excluídas da escola pelo silêncio dos materiais didáticos (LIONÇO; DINIZ, 2009), o que se coloca como um grande desafio à comunidade escolar.

Essas hierarquizações podem ser observadas nas piadas que depreciam a população LGBT, na ausência de personagens LGBT nos livros didáticos, nas agressões físicas e psicológicas cometidas devido à orientação homossexual e bissexual, entre outras. Essa hierar-

O preconceito é moldado de acordo com as hierarquizações sociais, inclusive étnico-raciais, de classe econômica, de gênero, entre outras.

quização atinge de forma diferente os LGBT. Um jovem gay e outro que seja transexual serão atingidos de maneiras diferentes; uma jovem lésbica que assumiu publicamente seu namoro será mais aviltada do que aquela que se privar da expressão de sua orientação sexual. O preconceito é moldado de acordo com as hierarquizações sociais, inclusive étnico-raciais, de classe econômica, de gênero, entre outras. Dentro desta perspectiva percebe-se que ainda há um grande déficit no que diz respeito à produção

de materiais que possam dar suporte aos professores para as discussões em torno da sexualidade e das formas com que ela se apresenta na escola, principalmente nos processos de desenvolvimento

nas questões de gênero, orientação sexual, preconceito e discriminação.

Os processos relacionados à sexualidade, ao gênero, aos relacionamentos e ao corpo reconfiguram-se e recompõem-se, formando arranjos e assumindo significados diversos. Não existem abordagens únicas, o leque de análises sobre esses temas na contemporaneidade é bastante amplo e diversificado.

ALÉM DO ENFOQUE BIOLÓGICO, PENSANDO A PARTIR DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS LGBT

A teoria cultural tem sido fundamental para a construção de uma política de identidade, no sentido de que põe em questão determinados saberes sobre homens e mulheres e sobre a sua sexualidade, ao mesmo tempo em que constrói e disponibiliza novas formas de viver o masculino e o feminino e a sexualidade desses e dessas, que não sejam somente as formas hegemônicas.

Como exemplo disso, uma escola estadual em Porto Alegre desenvolveu um projeto com adolescentes entre 11 e 17 anos nas disciplinas de Artes e Ética, contemplando propostas relacionadas ao tema deste programa e que sintetizam um processo que pode ser implantado em outras escolas brasileiras.

Este exemplo traz aspectos direcionados ao tema e, em síntese, o projeto tinha como título “Diga não à Homofobia escolar, valorizando as singularidades e as diferenças”, sendo que desenvolveu propostas de Educação e Direitos Humanos, trazendo para o cotidiano da sala de aula temas como Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual, Homofobia, Preconceito e Cidadania, numa visão contemporânea, onde o aluno foi sujeito das ações.

Na busca de uma melhor qualidade de vida para o ser humano e por acreditar que através da educação conseguiremos atingir e conquistar **direitos humanos** igualitários e respeito às singularidades, bem como a promoção da **cidadania**, este projeto visou oportunizar experiências na área de educação sexual e de gênero, em que as atividades desenvolvidas partiram das temáticas trabalhadas como eixo transversal, nas disciplinas de Artes e Ética e Cidadania. No ambiente escolar, o preconceito, a discriminação e as práticas discriminatórias ofensivas se relacionam diretamente com o desempenho dos/as alunos/as. Quanto maior o índice de preconceito menor o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) (Brasil, 2009b). Educadores/as podem analisar em sua experiência como as ações de sua comunidade escolar podem se tornar parte da luta pela Cidadania e Direitos Humanos LGBT, ainda não efetivados no cotidiano escolar. As assembleias, fóruns com pais e mães, espaço de diálogo com alunos, com alunas e demais membros da comunidade escolar são iniciativas de democratização da escola, passo necessário à socialização da cultura de paz. O grande desafio é levar para a escola uma compreensão de que os Direitos Humanos são universais, portanto todos/as – idosos/as, crianças, mulheres e homens – são sujeitos de direitos e, portanto, a população LGBT não pode ser excluída da escola. Essa exclusão se dá muitas formas,

por piadas depreciativas, agressões físicas e verbais, falta de apoio, etc. A violência física contra LGBT na educação pode estar relacionada ao fato de ser o Brasil um dos países com os maiores índices de assassinatos de homossexuais no mundo (MOTT, 2002).

A escola é um espaço onde a sexualidade se manifesta, e mais, onde se produzem comportamentos, onde se instigam ou superam preconceitos, onde se difundem conhecimentos e valores e, como parte de seu papel formativo, tem a responsabilidade de superar os preconceitos e a defesa irrestrita dos direitos humanos. Diante do anseio de construirmos uma sociedade e uma escola mais justas, solidárias, livres de preconceitos e discriminação, é necessário identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos e, especialmente, problematizar, desestabilizar e subverter a homofobia. São dificuldades que se tramam e se alimentam, radicadas em nossas realidades sociais, culturais, institucionais, históricas e em cada nível da experiência cotidiana. (JUNQUEIRA, 2009).

Assim, dentro desta visão e da consciência de que a escola e os profissionais da educa-

ção têm em relação ao trabalho direcionado aos direitos humanos e à contribuição para ampliar os horizontes, temos que também ter o cuidado para que isso não desenvolva uma rede ainda maior de preconceito e discriminação, reforçando as ideias sexistas, racistas em homofóbicas.

Mesmo assim a escola é um espaço para as construções de novas aprendizagens, convivências, produções de conhecimentos, sobretudo se os professores e alunos forem ali provocados a desenvolver temas e

discussões sobre as diferentes culturas, valores, representações e práticas ligados à homofobia, ao preconceito e a violências de todas as ordens.

Dentro deste propósito de elaboração de ações pedagógicas

que irão contribuir e garantir a efetiva inclusão de conteúdos em um eixo interdisciplinar, tendo como pauta as questões ligadas aos direitos humanos e à diversidade sexual, faz-se necessário pautar que o objetivo principal é o de inclusão e criação de um ambiente de respeito às diferenças, bem como o convívio e a valorização dos grupos independentemente da sua cultura, crença ou orientação sexual. Tudo isto também pode contribuir para que a escola torne-se um ambiente

A violência física contra LGBT na educação pode estar relacionada ao fato de ser o Brasil um dos países com os maiores índices de assassinatos de homossexuais no mundo

de socialização em Direitos Humanos (Dias, 2007), aqui, especificamente, a Cidadania e os Direitos Humanos LGBT. Assim, é necessário que se afirmem estas questões ligadas ao tema dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, reforçando e levando as discussões à comunidade escolar, dando um enfoque de visibilidade e com uma aprovação muito maior.

A metodologia aplicada propôs intervenções a partir de experiências, considerando as idéias de Piaget (1994) e Vygotsky (1988), em que o aluno é o sujeito de interação e construção do aprendizado.

As ações pedagógicas desenvolvidas foram planejadas e executadas com as séries finais (5ª a 8ª) do Ensino Fundamental nas disciplinas de Artes e Ética e Cidadania (anteriormente denominado Ensino Religioso) no período de dois anos (agosto de 2008 a julho de 2010), sendo que algumas propostas eram aplicadas para turmas específicas, devido à idade dos/as alunos/as. O período semanal das aulas para aplicação das atividades do projeto era de cinquenta a cem minutos, aproximadamente um a dois períodos por turma, num total de 400 alunos/as envolvidos/as.

Algumas ações também foram desenvolvidas em parceria com grupos de movimentos sociais e pessoas convidadas. Em especial, o grupo SOMOS – Comunicação, Saúde e Se-

xualidade. As propostas foram realizadas envolvendo a formação de professores/as, os encontros com alunos/as e o lançamento da Cartilha de Educação Sexual elaborada pela ONG. No que diz respeito à Avaliação, o trabalho não tinha como proposta uma avaliação quantitativa apontando para um resultado satisfatório, e sim qualitativa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este projeto percebe-se uma mudança progressiva de comportamentos e atitudes diante do tema especificamente tratado em diversas atividades – a Homofobia e o preconceito com as minorias e os ditos “diferentes”. Conforme relatos de pessoas da escola onde ocorreu o projeto, ao menos a curto e médio prazo, não se perceberam grupos de meninos agredindo fisicamente ou verbalmente meninos gays como era frequente. Também se notou uma diminuição de palavrões com ofensas homofóbicas que causavam mal-estar. As brincadeiras ditas “arreganhos” simplesmente acabaram, no sentido preconceituoso e homofóbico. Um novo olhar abriu-se nas aulas, onde se iniciou um respeito maior pelo outro e onde os supostos diferentes foram incluídos e eles permaneceram neste espaço, pretendido democrático, chamado sala de aula. Acreditamos que estes/as alunos/as estão mais instrumentalizados/as para evitar e/ou gerar violência contra pessoas LGBT ou as minorias, ditas pela sociedade.

A temática e as propostas não foram interrompidas nesta escola, pois em educação jamais conseguiremos parar com estas discussões que lidam com o dia a dia das pessoas, da sociedade e da vida em geral. Haverá outros/as alunos/as, bem como novos grupos se formarão e a proposta seguirá incansável e infinita.

Com trabalhos como este, citado anteriormente, acreditamos que ao irmos além de uma educação sexual restrita a determinadas disciplinas possibilitamos colocá-la na ótica da Cidadania e dos Direitos Humanos. Assim, possibilitamos que a comunidade escolar possa analisar a sexualidade da população LGBT além do biológico. Ganhamos sabedoria, valores, respeito e consciência de que o mundo, tanto dentro da escola ou fora dela, é a soma da diversidade e da pluralidade e que, ao respeitar as singularidades e valorizar a vida, estamos construindo um mundo melhor para todos/as, sem exclusão, pois todos nós usufruímos da dignidade humana. Ou não?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO NETO, Agenor de Miranda (Cazuza). “Exagerado”- Música. 1985.
- BONASSI, Fernando; NAVAS, Victor (rot.); WERNECK, Sandra; CARVALHO, Walter (dir.). Filme “Cazuza o tempo não para.” 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, pessoas com necessidades especiais (deficiência) e socioeconômica.* São Paulo: FIPE/MEC/INEP, 2009b.
- BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT.* Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009.
- DIAS, Adelaide Alves. A escola como espaço de socialização da cultura em direitos humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves (orgs.). *Direitos Humanos: capacitação de educadores - Fundamentos culturais e educacionais da Educação em Direitos Humanos.* 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v. 2, p. 155-160.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ UNESCO, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.* Petrópolis: Vozes, 1997.

MOTT, Luiz. *O crime anti-homossexual no Brasil*. Salvador: Ed. Grupo gay da Bahia, 2002.

PIAGET, Jean. *O Juízo Moral na Criança*. São Paulo: Summus, 1994.

PRADO, M. A. M.; Machado, F. V. *Preconceito contra homossexualidades - A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

REIS, Toni; HARRAD, David. *Direito de amar: a história de um casal gay*. Curitiba: Ed. T. Reis, 1996.

STRICKLAND, Carol. *Arte Comentada da Pré-História ao Pós-Moderno*. Ediouro - Paradiada, 1999.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S. et al. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.

ANEXO 1: INDICAÇÕES DE FILMES/VÍDEOS, LIVROS E SITES

FILMES/VÍDEOS:

1. *MILK - A voz da igualdade é uma história real dos anos 70*. Narra a vida de Harvey Milk (Sean Penn) com seu namorado Scott (James Franco). Quando se mudam para San Francisco, numa época repleta de preconceitos, eles enfrentam a violência e a discriminação sexual. (MILK. Direção: Gus Van Sant. Estados Unidos: Paramount Pictures/UIP, 2008. 1 DVD (128 min.) son. color., legendado em português).
2. *PRISCILLA, a rainha do deserto* conta a história de duas *drag queens* e um transexual que viajam para fazer um show. Eles partem de Sydney a bordo de Priscilla, um ônibus muito especial, e enfrentam o deserto australiano. Quando chegam a seu destino, após sofrer as agruras da viagem, descobrem que quem contratou o show foi a ex-mulher de um deles. (PRISCILLA. Direção: Stephan Elliott. Estados Unidos, 1994. 1 DVD (104 min.) son. color., legendado em português).
3. *LATTER DAYS* – Christian tem 20 e poucos anos, vive em um condomínio em Los Angeles e adora curtir a noite. Suas conquistas sexuais são apenas para uma noitada. Elder Aaron Davis chega à cidade com três missionários mórmons para se hospedar no mesmo condomínio de Chris. Mundos antagônicos irão se chocar, trazendo graves consequências para ambos. (Latter days. Direção: C. Jay Cox. Estados Unidos: TLA Releasing, 2003. 1 DVD (107 min.) son. color., legendado em português.)
4. *TRANSAMÉRICA*: um homem prestes a fazer a cirurgia de mudança de sexo descobre que possui um filho e que este quer conhecê-lo. Em uma longa viagem, tentarão descobrir um ao outro. (TRANSAMÉRICA. Direção: Duncan Tucker. Estados Unidos: IFC Films, 2005. 1 DVD (103 min) son. cor. legendado em português).
5. *MINHA VIDA EM COR-DE-ROSA* relata a história de Ludovic, um menino que acredita ter nascido no corpo errado. Lutando para ser reconhecido como uma menina, ele despertará o mal-estar dos vizinhos, que começam a fazê-lo passar por muitos sofrimentos. (*Minha vida em cor-de-rosa*. Direção: Alain Berliner. França/Bélgica/Inglaterra: Sony, 1998. 1 DVD (88 min.) son. color., legendado em português).

6. PRA QUE TIME ELE JOGA?. (Vídeo produzido pelo Ministério da Saúde, com duração de 20 min.). Pedro, um adolescente craque do time de futebol na escola e excelente aluno de matemática, tem orientação sexual revelada na escola. Daí em diante, tanto Pedro quanto seus/suas colegas vivem uma série de fatos, sentimentos e dúvidas sobre as possibilidades de convivência com as diferenças na escola e na vida. Disponível no site: <http://www.youtube.com>.
7. AMANDA E MONICK é um breve documentário sobre uma professora e uma profissional do sexo; elas se aproximam por se definirem como travestis e mostrarem a luta para construir suas vidas. O depoimento da companheira de Monick e do pai de Amanda surpreende, emociona e nos faz questionar as noções de gênero, o preconceito e a amizade. *AMANDA E MONICK*. Direção: André da Costa Pinto: Brasil: Produção independente (19 min), 2007/2008, Curta-Metragem, Distribuidora: Não definida.

LIVROS:

1. ALMEIDA, M. V. **A chave do armário, homossexualidade, casamento e família**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.
2. BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
3. BORRILLO, D. **Homofobia. História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000/2010.
4. CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis*, v. 16, n. 2, p.233-249, 2006.
5. CORRÊA, S. O.; MUNTARBHORN, V. (orgs.). **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta/Indonésia, 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 12/11/2007.
6. FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

7. GROSSI, M. P. et al. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond/CEPESC, 2005.
8. JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Esse livro traz 16 artigos que analisam questões polêmicas na educação e especificam debates, como a questão da deficiência e os padrões de normalidade, os direitos humanos, da transexualidade, entre outras. Ele se encontra livre na internet no sítio eletrônico: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>.
9. LEERS, B.; TRANSFERETTI, J. **Homossexuais e a ética cristã**. Campinas: Átomo, 2002. 199 p.
10. LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Ed. UnB, 2009. Este livro aprofunda a análise sobre materiais didáticos e a questão da homofobia por meio de uma pesquisa esclarecedora. Ele consegue desvelar como o silêncio sobre a questão LGBT na educação pode ser um modo de sustentação da homofobia. Ele se encontra livre na internet no sítio eletrônico: http://www.anis.org.br/letras_livres/capas/homofobia_e_educacao_introducao.pdf
11. LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: Louro, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7- 34.
12. LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, v. 9, n. 2, p.541-553, 2001.
13. PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades - a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.
14. SEARS, J. (ed.) **Gay, Lesbian, and Transgender Issues in Education: Programs, Policies and Practices**. New York: Haworth Press, 2004. 209 p.
15. SPENCER, C. **Homossexualidade: uma história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

16. TORRES, A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SITES:

1. Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Desenvolvido por ABGLT, 2006. Rede nacional de 220 organizações afiliadas. É a maior rede LGBT na América Latina. Disponível em <<http://www.abgl.org.br>>. Acesso em 10/08/2009.
2. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. Disponível em < <http://www.abiaids.org.br>>. Acesso em: 10/08/2009.
3. Banco de Teses da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O banco disponibiliza teses e dissertações sobre os mais variados temas. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>.
4. Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM. Instituto de Medicina Social – IMS da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. O CLAM tem como finalidade principal produzir, organizar e difundir conhecimentos sobre a sexualidade na perspectiva dos direitos humanos, buscando, assim, contribuir para a diminuição das desigualdades de gênero e para o fortalecimento da luta contra a discriminação das minorias sexuais na região. Disponível em: <http://www.clam.org.br>.
5. Comunicação em Sexualidade. Organização não-governamental com 20 anos de atuação consolidada na defesa dos direitos humanos, com ênfase nos direitos sexuais e direitos reprodutivos, em especial de adolescentes e jovens, com a perspectiva de erradicar as discriminações relativas a gênero, orientação sexual, idade, raça/etnia, existência de deficiências, classe social. Disponível em <<http://www.ecos.org.br>>. Acesso em 10/07/2009.
6. Diversidade Católica. Grupo de leigos católicos que compreende ser possível viver duas identidades aparentemente antagônicas: ser católico e ser gay, numa ampla acepção desse termo, incluindo toda a diversidade sexual (LGBT). Disponível em <<http://www.diversidadecatolica.com.br>>. Acesso em 25/08/2009.

7. *Diversidade sexual nas escolas*. Trabalho elaborado pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) como resultado das oficinas de formação continuada para profissionais de educação e saúde (2006-2007) de Nova Iguaçu, Caxias, Araruama e Cabo Frio. Disponível em: <http://www.abiaids.org.br/_img/media/Cartilha_Diversidade_sexual_Escolas.pdf>. Acesso em 07/08/2009.
8. Grupos de Pais e Mães de Homossexuais. Primeira ONG brasileira fundada para acolher pais que desconfiam ter ou têm filhos homossexuais. Disponível em <<http://www.gph.org.br>>. Acesso em 27/08/2009.
9. Leões do Norte. Entidade de defesa e promoção dos direitos humanos, na luta pela defesa do meio ambiente e da ecologia, pelo fim da exploração do homem pelo homem, em defesa de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Disponível em <<http://www.leoesdonorte.org.br/>>. Acesso em 15/08/2009.
10. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. Desenvolvido por NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT, 2010. Núcleo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, que tem como propósito congrega pesquisadores e desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas para o reconhecimento dos direitos, da cidadania, das identidades e das práticas culturais, políticas e sociais de indivíduos e grupos LGBT. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/dhglbt/>>. Acesso em 10/08/2009.
11. O Portal do Professor é um espaço para troca de experiências entre professores/as do ensino fundamental e médio. É um ambiente virtual com recursos educacionais que facilitam e dinamizam o trabalho dos/as professores/as. O conteúdo do portal inclui sugestões de aulas de acordo com o currículo de cada disciplina e recursos como vídeos, fotos, mapas, áudio e textos. Nele, o/a professor/a poderá preparar a aula, ficará informado sobre os cursos de capacitação oferecidos em municípios e estados e na área federal e sobre a legislação específica. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>.
12. Observatório de Sexualidade e Política (SPW na sigla em inglês). Fórum global composto de pesquisadores/as e ativistas de vários países e regiões do mundo. Lançado em 2002 como o Grupo de Trabalho Internacional sobre Sexualidade e Políticas Sociais (IWGSSP na sigla em inglês), o fórum mudou o seu nome em 2006 para Observatório de Sexualidade e Política. Disponível em: <<http://www.sxpolitics.org>>. Acesso em 25/08/2009.

13. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina e tem seu foco central em temas como gênero, educação, cultura, diversidade sexual etc. O evento reúne uma série de trabalhos sobre a abordagem da diversidade sexual na escola. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>.

Presidência da República

Ministério da Educação

TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO

Coordenação-geral da TV Escola

Érico da Silveira

Coordenação Pedagógica

Maria Carolina Mello de Sousa

Supervisão Pedagógica

Rosa Helena Mendonça

Acompanhamento Pedagógico

Ana Maria Miguel

Coordenação de Utilização e Avaliação

Mônica Mufarrej

Fernanda Braga

Copidesque e Revisão

Magda Frediani Martins

Diagramação e Editoração

Equipe do Núcleo de Produção Gráfica de Mídia Impressa – TV Brasil

Gerência de Criação e Produção de Arte

Consultores especialmente convidados

Alexandre Martins Joca, Marco Antonio Torres e Marina Reidel

E-mail: salto@mec.gov.br

Home page: www.tvbrasil.org.br/salto

Rua da Relação, 18, 4º andar – Centro.

CEP: 20231-110 – Rio de Janeiro (RJ)

Mai 2011